



UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA

BENEDITO DE SOUZA MENDES

**DIREITOS E ENTRAVES PARA A FORMAÇÃO PSICOSSOCIAL DOS
DISCENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS REGULARES: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Viviane França Rodrigues

FEIRA DE SANTANA-BA

2022

BENEDITO DE SOUZA MENDES

**DIREITOS E ENTRAVES PARA A FORMAÇÃO PSICOSSOCIAL DOS
DISCENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS REGULARES: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Viviane França Rodrigues

FEIRA DE SANTANA-BA

2022

BENEDITO DE SOUZA MENDES

**DIREITOS E ENTRAVES PARA A FORMAÇÃO PSICOSSOCIAL DOS
DISCENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS ESCOLAS REGULARES: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

Artigo apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para obtenção da licenciatura em Pedagogia da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana-BA

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Ma. Viviane França Rodrigues
(Orientadora)

Profª Ma. Nívia Bomfim Queiroz Rodrigues
(Profª convidada)

Prof. Convidado(a)

RESUMO

A Educação Inclusiva consiste na transformação da sociedade para alcance de uma verdadeira inclusão por meio do processo de ampliação da participação de todos os alunos nas instituições de ensino regular. Neste sentido, o referido artigo tem como objetivo analisar os direitos e entraves para a formação psicossocial dos alunos com deficiência física nas escolas brasileiras da rede regular. Para tal, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura com abordagem qualitativa, sendo buscados em plataformas digitais como o Google Acadêmico e SciELO artigos publicados sobre o tema nos últimos cinco anos. Além disso, contou-se com a análise documental sobre a legislação e documentos referentes ao tema. Com base na pesquisa realizada, constatou-se que, apesar dos avanços direcionados à inclusão dos alunos com deficiência física nas escolas da rede regular, existem muitos entraves para a sua efetivação, como a falta de acessibilidade e de capacitação profissional. As ações realizadas até então ainda são incipientes diante das necessidades da demanda, devendo ocorrer com urgência adequações necessárias ao acolhimento, integração e participação destes sujeitos no âmbito escolar.

Palavras-chave: Alunos com deficiência física. Educação Inclusiva. Direitos e Entraves.

ABSTRACT

Inclusive Education consists of transforming society to achieve true inclusion through the process of expanding the participation of all students in regular education institutions. In this sense, this article aims to analyze the rights and obstacles to the psychosocial training of students with physical disabilities in Brazilian schools in the regular network. To this end, a literature review with a qualitative approach was used as a methodology, with articles published on the subject in the last five years being searched on digital platforms such as Google Scholar and SciELO. In addition, there was a documentary analysis on the legislation and documents related to the subject. Based on the research carried out, it was found that, despite the advances aimed at the inclusion of students with physical disabilities in regular schools, there are many obstacles to its effectiveness, such as the lack of accessibility and professional training. The actions carried out so far are still incipient in view of the needs of the demand, and the necessary adjustments to the reception, integration and participation of these subjects in the school environment must occur urgently.

Keywords: Students with physical disabilities. Inclusive education. Rights and Obstacles.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS	8
2.1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS SOCIEDADES.....	9
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL – MARCOS LEGAIS	11
3 METODOLOGIA	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
5 CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Refletir acerca da Educação Inclusiva no Brasil é uma questão extremamente complexa, a qual remete pensar tanto nos sujeitos até então excluídos no processo de ensino regular e em suas deficiências como, também, nas legislações e entraves para que estas sejam, de fato, implementadas.

A Educação Inclusiva baseia-se na transformação da sociedade, a fim de torná-la inclusiva por meio do processo de ampliação da participação de todos os alunos nas unidades de ensino regular. Esse processo deve resultar na reestruturação da cultura, da prática e das políticas presentes nas escolas, permitindo a sua correspondência com a diversidade de alunos existente (SILVA NETO *et al.*, 2018).

Nesta perspectiva, constitui-se dever do Estado implementar medidas e normas em benefício da inclusão de alunos com deficiência, garantindo-lhes um atendimento igualitário, respeitando os limites individuais de cada sujeito (SOUSA; SOUSA, 2017). Para além disso, é importante salientar o papel dos gestores, professores, funcionários e demais estudantes no processo de acolhimento ao aluno com deficiência, haja vista que estas normas e medidas implantadas pelo Estado precisam ser efetivadas – o que depende, também, dos indivíduos presentes nos espaços de convívio da pessoa com deficiência (PcD).

Direcionando o tema especificamente para as pessoas com deficiência física, é importante salientar que existem muitos entraves, especialmente ligados à acessibilidade, que dificultam a inclusão destes sujeitos nos diversos âmbitos sociais, inclusive nas escolas da rede regular. Ainda, a forma como a sociedade lida com a PcD na cultura brasileira se constitui em mais uma limitação, tendo em vista o preconceito existente com relação a estes sujeitos. A falta de sensibilidade para atendê-los, em alguns casos, e a falta de conhecimento básico sobre as deficiências físicas, de modo geral, reforçam a exclusão destes indivíduos, haja vista que ainda hoje estereótipos que relacionam as pessoas com deficiência à incapacidade de desempenhar qualquer função ou mesmo de se relacionar são perpetuados.

Diante do exposto, escolheu o referido tema para estudo, levantando-se a seguinte questão norteadora da pesquisa: quais os principais entraves para a formação psicossocial de alunos com deficiência física no sistema regular de ensino?

Neste sentido, o objetivo principal deste estudo é refletir sobre os direitos e entraves para a formação psicossocial dos alunos com deficiência física nas escolas

da rede regular, delineando-se como objetivos específicos: apresentar um breve histórico acerca da Educação Inclusiva no Brasil; apontar os marcos legais relacionados à educação inclusiva no país; e analisar os principais entraves para a formação psicossocial dos alunos com deficiência física no ensino regular brasileiro.

Embora as discussões em torno da Educação Inclusiva no Brasil, para a historiografia, sejam consideradas recentes, observa-se que no país o processo de inclusão das PcD física nas escolas regulares tem sido extremamente lento e deficitário, o que gera muitos questionamentos com relação à efetividade da legislação e das ações implementadas até então. Neste sentido, justifica-se a relevância deste estudo, haja vista que é preciso ampliar os debates acerca do assunto, levando a reflexões sobre o porquê e o quê pode/deve ser feito para reverter esta situação. Afinal, em uma sociedade cujas informações são bastante acessíveis e na qual busca-se um convívio mais igualitário entre os sujeitos, não se pode admitir que os direitos mínimos dos cidadãos, assegurados por lei, não sejam efetivamente cumpridos.

Para melhor apresentar os dados referentes à pesquisa, além desta introdução, este artigo está dividido em quatro outras seções: Educação inclusiva no Brasil: percurso histórico e marcos legais, destinada a abordar aspectos teóricos pertinentes ao tema, apresentando-se concepções em torno da pessoa com deficiência na sociedade e, entre outras questões, a legislação sobre educação inclusiva no Brasil; Metodologia, direcionada à apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo; Resultados e Discussões, a qual apresenta as principais informações elencadas na pesquisa, bem como algumas reflexões sobre o tema, traçando um paralelo entre os dados obtidos e percepções de autores que dialogam sobre o assunto; e, por fim, a Conclusão.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS

Esta seção é dedicada à apresentação dos principais aspectos históricos relacionados às concepções sociais em torno da pessoa com deficiência, bem como dos marcos legais referentes à Educação Inclusiva no Brasil. Assim, intenciona-se apresentar, de forma breve, o percurso histórico até o alcance dos direitos da pessoa com deficiência para frequentar as escolas regulares, mas sem a finalidade de

restringir as discussões à legislação aqui listada. Isso porque existe uma longa trajetória, contemplando muitos outros documentos e leis que não foram trazidas à baila neste estudo, o qual priorizará abordagens voltadas para a educação inclusiva e deficiência física.

2.1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS SOCIEDADES

Durante muitos séculos, a pessoa com deficiência foi apontada como incapaz nas sociedades, sendo excluídas em diversos âmbitos importantes para a formação e desenvolvimento dos sujeitos, como escola, trabalho ou mesmo família. Acerca disso, Mazzotta e D'Antino (2011) analisam que as sociedades ainda utilizam de dimensões ideológicas e comportamentais relacionadas à cultura, as quais contribuem para a desqualificação das PcD, o que dificulta a implementação de ações com vistas ao cumprimento da legislação. Ainda, de acordo com Maciel (2000), desde as primeiras sociedades as pessoas com deficiência têm sido excluídas de diversos espaços e privadas de sua liberdade em muitos momentos, vivenciando situações que denotam desrespeito, falta de compreensão sobre as deficiências, além de carência de atendimento especializado.

Sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, com base nos estudos de Dicher e Trevisam (2014), pode-se afirmar que este tem sido um caminhar lento e respaldado na luta pela quebra de paradigmas construídos há muito tempo. Os autores afirmam, por exemplo, que desde a Idade Média as pessoas com deficiência viviam em precariedade, acreditando-se que a sua condição física era um castigo divino. Assim, as crianças que apresentassem alguma deficiência, especialmente física, eram relegadas ao abandono, à discriminação, passando, muitas vezes, a viver na mendicância, quando não morriam por falta de alimentação, abrigo ou eram mortas por aqueles que viam na deficiência uma aberração.

Corroborando com Dicher e Trevisam, Mazzotta e D'Antino (2011) analisam que as pessoas com deficiência, ao longo dos séculos, passaram por um forte processo de marginalização, sendo impedidas de participar da vida social devido às suas características físicas. Para os autores, isso se constitui em um tipo de violência simbólica, a partir da qual a sociedade cria padrões considerados ideais, aceitáveis, e

partindo destes passa a excluir o diferente, ou seja, aqueles sujeitos cujos aspectos físicos não correspondem àquele ideal (idealizado como normal).

À luz das pesquisas de Maciel (2000), é possível classificar os impactos que os variados tipos de deficiências geram na sociedade e o quão inquietantes podem ser para os demais sujeitos, que acabam reproduzindo atitudes preconceituosas. Acerca disso, a autora analisa que a deficiência física (como a ausência de um membro, por exemplo), por ser notada com maior facilidade, costuma causar maior desconforto em outras pessoas ao serem percebidas. No entanto, considerando esta afirmação, pode-se dizer que este desconforto é decorrente, também, da falta de entendimento sobre a(s) deficiência(s), o que acaba fortalecendo o preconceito e a exclusão, levando à crença de que as PcD são inaptas para desempenhar diversas funções como estudo, trabalho ou outra atividade relacionada ao convívio social.

Atualmente, a legislação e documentos afins têm sido criados com vistas a reverter as concepções equivocadas em torno das PcD. Como analisam Schirmer *et al.* (2007), hoje, sabe-se que uma pessoa com deficiência não necessariamente é incapaz, especialmente porque as suas limitações podem ser melhor enfrentadas por meio da acessibilidade, por exemplo.

Com as transformações ocorridas entre os séculos XV e XVI, decorrentes do período renascentista, muitas mudanças importantes ocorreram nas sociedades, o que mudou, também, o comportamento dos sujeitos frente à pessoa com deficiência. Inclusive, hospitais e abrigos passaram a ser implantados, direcionados ao atendimento aos então denominados deficientes e pobres, oferecendo-se aos mesmos um tratamento mais humanizado. Ainda, alguns estudos realizados à época possibilitaram melhorias na qualidade de vida destes indivíduos, como a criação do código de sinais para a comunicação com deficientes auditivos (DICHER; TREVISAM, 2014).

No decorrer dos séculos, outras pesquisas foram desenvolvidas relacionadas às PcD, ocorrendo progressos significativos relacionados ao seu desenvolvimento motor e cognitivo, a depender da deficiência apresentada, havendo, ainda, maior preocupação com a criação de documentos e legislações direcionados aos seus direitos e à promoção da inclusão social.

É importante salientar que o processo de inclusão social nos países ocidentais, como o Brasil, ocorreu principalmente a partir da década de 1980, tendo como um dos

principais motivadores os movimentos sociais e as ações políticas. Como é possível observar, comparando as ações desde o século XV até a atualidade, tem sido um processo lento, porém, muito importante para que os direitos da PcD sejam efetivados (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011).

No Brasil, por exemplo, sabe-se que o acesso das pessoas com deficiência aos mais variados âmbitos sociais ainda é baixo, inclusive considerando as deficiências físicas, foco desta pesquisa. Apesar de existirem leis que asseguram o direito à PcD de ser matriculada na rede de ensino regular, ser contratada por empresas, dispor de vagas especiais nos estacionamento e assentos nos transportes públicos, entre outras questões que envolvem acessibilidade e inclusão, o país deixa muito a desejar no cumprimento destas determinações, bem como no acolhimento a este público.

À luz dos estudos de Maciel (2000), existem milhares de pessoas no Brasil que vivenciam diariamente a discriminação em decorrência das deficiências físicas, entre outras deficiências. Conforme a autora, estes indivíduos acabam vivendo à margem da sociedade, sem atenção especializada, sendo excluídos implícita ou explicitamente das escolas, empresas e espaços públicos e de lazer, nos quais deveriam ser incluídos. Neste sentido, entende-se que as discussões em torno do tema precisam ser ampliadas, cada vez mais, não bastando, somente, criar leis e políticas públicas, mas sobretudo efetivá-las, garantindo à PcD melhorias na sua qualidade de vida.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL – MARCOS LEGAIS

De acordo com Silva Neto *et al.* (2018), as unidades de ensino brasileiras foram pensadas para atender um determinado perfil de aluno, mais especificamente aqueles considerados “normais”. Entretanto, conforme estes autores, atualmente o público-alvo é diverso, exigindo das escolas a reformulação e inovação em todo o sistema, buscando-se estratégias de ensino que venham a contemplar todos os alunos, sem distinções.

Após o interesse das sociedades em reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito com direitos, como qualquer outro, diversas pesquisas foram desenvolvidas relacionadas ao tema. No início do século XIX, as sociedades passaram, então, a assumir sua responsabilidade em relação às PcD, embora, na época, o processo de inclusão efetiva não fosse ainda cogitado. É possível afirmar,

neste sentido, que apesar dos avanços ainda discretos ocorridos à época, como discute Silva Neto *et al.* (2018), a deficiência ainda era considerada um problema de quem a possuía, de modo que o próprio sujeito deveria buscar meios de se tornar apto à integração social, inclusive para frequentar a escola regular (SILVA NETO *et al.*, 2018).

No entanto, no século XX, os debates e ações referentes à temática foram se tornando cada vez mais consistentes, havendo maior preocupação com a proteção social da pessoa com deficiência, levantando-se discussões voltadas à reabilitação, invalidez de crianças, entre outros (DICHER; TREVISAM, 2014). Ainda no século XX, no Brasil, implementou-se a Constituição Federal de 1934, que consistiu no primeiro passo legal com vistas a assegurar o direito à integração social da pessoa com deficiência. Nesta Constituição, afirmava-se que a União, os Estados e os Municípios deveriam assegurar amparo aos desvalidos, desenvolvendo serviços especializados (ARAÚJO, 1997 apud DICHER; TREVISAM, 2014).

Para além do documento supramencionado, outros foram desenvolvidos no mesmo século com vistas a atender às PcD, como a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras¹ de Deficiência, aprovada pela ONU em 1975, que promoveu um importante debate acerca dos direitos das pessoas com deficiência, fomentando a discussão em torno dos direitos destes cidadãos enquanto fundamento de justiça social; e a Constituição Federal de 1988, que também aborda a seguridade dos direitos dos indivíduos com deficiência, contemplando a necessidade de provimento de ações inclusivas no âmbito nacional.

Sobre o tema, ainda é possível mencionar o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), criado em 1999 por meio do Decreto 3.076/1999, cuja finalidade é assegurar a implementação da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e a Lei 13.146/2015, que se trata da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência como forma de garantir e promover a liberdade e os direitos da PcD de forma igualitária, com vistas à inclusão social (BRASIL, 2010).

¹ É importante salientar que as expressões “portador de deficiência” e “portador de necessidades especiais” caíram em desuso há alguns anos, devendo-se utilizar o termo “pessoa com deficiência”. No entanto, alguns documentos e leis utilizados neste estudo fazem uso destas expressões por terem sido criados, em sua maioria, em data anterior à revisão do termo.

No âmbito da inclusão, especialmente da Educação Inclusiva, outros documentos e leis foram desenvolvidos entre os séculos XX e XXI no Brasil. Como exemplos, tem-se a Lei n. 7.853 de 1989, que dispõe sobre o apoio que deve ser ofertado às pessoas com deficiência, defendendo-se, entre outras questões, a integração social das mesmas; a Lei n. 8.112 de 1990, denominada Lei dos Servidores Públicos, a qual indica a reserva de vagas às PcD em concursos públicos; a Lei n. 8.213 de 1991, Lei da Previdência Social, que aborda a necessidade de as empresas privadas reservarem vagas às PcD; a Declaração de Salamanca, criada em 1994, que aborda o conceito de educação inclusiva; a Portaria MEC n. 1.793/1994, a qual indica que sejam incluídos conteúdos referentes aos aspectos Ético-Políticos-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais; e a Lei n. 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual contempla a importância de assegurar às pessoas com deficiência vagas na rede de ensino regular, havendo, neste sentido, a necessidade de especialização por parte dos professores para atendê-las (DICHER; TREVISAM, 2014).

Seguindo na perspectiva da Educação Inclusiva, Gil (2019) menciona a Portaria MEC n. 2.678 de 2002, que aprova o projeto da grafia braille para a língua portuguesa; a Portaria 3.284 de 2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade para as pessoas com deficiência; a Resolução do MEC CNE/CEB 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais com vistas ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica para a Educação Especial; entre outras leis e documentos.

No que diz respeito à Educação Inclusiva, importa destacar que este foi um tema extremamente relevante em torno do processo de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil. Isso porque, apesar de haver escolas especiais, estas acabavam se tornando excludentes por afastar as crianças com deficiências das demais pessoas, acreditando que estas não eram capazes de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem em uma escola regular. Esse capacitismo só reforçava o preconceito em relação à pessoa com deficiência, reduzindo, cada vez mais, as suas possibilidades de integração e inclusão nos ambientes sociais.

De acordo com Gil (2019), o século XXI foi o período da história do Brasil em que mais houve criação de políticas públicas e legislações direcionadas à inclusão e à diversidade nas escolas e na educação, de modo geral. Para Mazzotta e D'Antino (2011), a Constituição Federal de 1988 pode ser apontada como o grande marco na

busca pelas condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, levando a reflexões importantes acerca da inclusão das PcD não só nas escolas, mas em outros âmbitos da sociedade, como trabalho, previdência social e família.

No entanto, apesar dos avanços legais ocorridos no Brasil com relação aos direitos das pessoas com deficiência e das transformações associadas a integração das mesmas nos diversos espaços da sociedade, muitos entraves ainda existem, o que torna a inclusão efetiva destes sujeitos um processo lento, complexo e um problema de caráter estrutural que precisa ser mais bem discutido e resolvido, o quanto antes.

3 METODOLOGIA

Para realização deste artigo, escolheu-se como metodologia a revisão de literatura com abordagem qualitativa. Como instrumento para coleta de informações, utilizou-se o levantamento bibliográfico e a análise documental. Assim, foram pesquisados estudos publicados sobre o tema, bem como documentos e legislação referente à inclusão de pessoas com deficiência.

Conforme Noronha e Ferreira (2000), o levantamento bibliográfico consiste na busca por publicações sobre o assunto que se quer abordar, de modo que estas podem ser encontradas em artigos, dissertações, teses, livros. Sobre a análise documental, Ludke e André (2012) pontuam que esta se constitui importante fonte para desenvolvimento de uma pesquisa, da qual podem ser extraídas informações relevantes para entendimento de uma dada questão.

Neste sentido, a busca pelos estudos utilizados nesta pesquisa foi realizada em plataformas digitais como o Google Acadêmico e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando-se como descritores termos como “deficiência física no ensino regular”, “educação inclusiva” e “escolas regulares e inclusão da pessoa com deficiência física”, de modo que a busca foi restrita ao período de 2017 a 2022, ou seja, os últimos cinco (5) anos.

Dentre os artigos encontrados, foram descartados aqueles que tratavam de disciplinas específicas (a maioria relacionados à Educação Física) e áreas diferentes da educação, como saúde e ciências biológicas. Assim, após realização da leitura com o intuito de verificar o objetivo e o tipo de pesquisa realizada, foram selecionados

cinco (5) artigos, os quais abordam a inclusão do aluno com deficiência física na rede regular de ensino pública. Salienta-se que a seleção direcionada apenas à escola pública não foi voluntária, mas necessária, haja vista que não foram encontrados, dentro do tema pesquisado, estudos direcionados à rede privada de ensino nas plataformas utilizadas para pesquisa.

Feito isso, realizou-se a leitura minuciosa dos estudos selecionados e, posteriormente, a escrita deste artigo, traçando-se um paralelo entre as informações obtidas e outros autores que versam sobre o tema, com vistas a atender aos objetivos deste estudo e responder à questão levantada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme mencionado anteriormente, foram selecionados cinco (5) artigos referentes ao tema da pesquisa, os quais serão apresentados no quadro a seguir, em ordem alfabética.

Quadro 1 - Artigos selecionados para pesquisa

Autor/ano	Título	Objetivo	Resultados encontrados
Castro <i>et al.</i> (2018)	Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais	Investigar a acessibilidade e adaptações estruturais em 14 escolas estaduais de um município mineiro e identificar a prevalência de alunos com deficiência.	Há a necessidade de melhoria das condições de acessibilidade na rede educacional, bem como de implantação de medidas adaptativas com a finalidade de tornar cada vez mais presente a inclusão e acessibilidade da pessoa c (Conclusão) s especiais.
Gregorutti <i>et al.</i> (2017)	A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física	Identificar e analisar como as tarefas de casa estão sendo propostas para alunos com deficiência física (DF) inseridos em classes de ensino comum, a partir da percepção de professoras e cuidadoras familiares.	O professor, em muitos casos, não adapta as tarefas de casa para atender às demandas do aluno e, em outros, não oferece tarefa para o aluno com DF na mesma proporção q (Continua) s alunos. As s dificuldades da criança e, ao mesmo tempo, angustiam-se com a falta de comunicação com a escola. No entanto, se bem gerenciadas, as tarefas de casa podem funcionar como uma atividade mediadora da interlocução entre a escola e a família.
Natividade; Justi e	Educação especial na perspectiva	Analisar os aspectos físicos do ambiente	Os resultados evidenciam grande necessidade de avanços em

Vasconcelos (2019)	inclusiva: um estudo sobre as condições de acessibilidade proporcionada aos alunos com deficiência física	escolar proporcionado a pessoa com deficiência física a partir da política de acessibilidade que rege a educação especial.	relação a políticas públicas que em conjunto com o poder público podem efetivar as mudanças necessárias na arquitetura dos ambientes escolares do município de Parintins, AM, bem como sua manutenção constante. Grande parte das escolas visitadas não apresentam estrutura física que garanta efetividade ao processo de acessibilidade de seus alunos. Tal consideração não valoriza a autonomia dos alunos com deficiência, assim como sua inserção na sociedade para que possam ser cidadãos incluídos nos mais diversos segmentos sociais.
Rocha, Sousa e Albuquerque (2017)	Avaliação sobre acessibilidade das instalações de escolas na cidade de Caxias/MA	Mostrar a realidade interna de escolas no tocante à acessibilidade.	Os resultados destacam pontos positivos, porém, grande parte do estudo apenas mostra a problemática acerca da adequação recomendada por norma.
Tavares, Teixeira e Bispo (2017)	Inclusão de crianças com deficiência física na escola regular: desafios, estratégias e a importância da consultoria colaborativa	Conhecer os desafios e as estratégias adotadas pelos professores na inclusão de crianças com deficiência física numa escola pública do município de Arapiraca/AL.	Os resultados apontaram que existe uma política de inclusão na escola, evidenciada principalmente por algumas melhorias na estrutura física, porém a falta de capacitação dos professores compromete a realização das atividades e torna as estratégias limitadas e sem objetivos voltados às condições físicas das crianças. A capacitação dos profissionais e a presença de uma equipe multiprofissional são fatores necessários para o desenvolvimento dessas crianças, o que poderia tornar a inclusão escolar efetiva.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir da análise dos artigos apresentados, pode-se constatar diversos entraves relacionados à inclusão dos alunos com deficiência física nas escolas regulares. Entretanto, antes de discutir as referentes questões, considera-se importante apresentar a definição de deficiência física. Para tal, elegeu-se a definição do Decreto n. 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999), que em seu Art. 4º afirma que a deficiência física consiste na “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física”. Neste sentido, pode se apresentar como uma “paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou

adquirida”, com exceção das “deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”.

Partindo para a análise dos estudos selecionados, Castro *et al.* (2018) analisaram quatorze (14) escolas estaduais de um município de Minas Gerais. Conforme constatado na pesquisa, as escolas averiguadas, em suma, necessitam de adaptações relacionadas à acessibilidade dos alunos com deficiência física, bem como direcionadas à inclusão social. O estudo apontou que é preciso elaborar intervenções planejadas referentes às adaptações estruturais das escolas, mas também com vistas a promover o enfrentamento à carência no cumprimento da normatização quanto à acessibilidade, haja vista que há contradições entre a legislação e a realidade no ambiente escolar.

Sobre esta questão, ressalta-se que muitos locais, públicos e privados, no Brasil não obedecem às determinações legais no que diz respeito à acessibilidade, o que inclui as escolas. Conforme Maciel (2000), pensar a reestruturação destas instituições de ensino não consiste, apenas, em uma tarefa técnica. É algo que deve acontecer, também, a partir de mudanças de posturas da sociedade, havendo o comprometimento dos sujeitos com o processo de inclusão social e, por conseguinte, escolar.

Gregorutti *et al.* (2017) realizaram um estudo com quinze (15) professoras que atuavam com alunos com deficiência física, da Educação Infantil aos Anos Iniciais Ensino Fundamental, e quinze (15) cuidadoras familiares dessas crianças com deficiência física. O intuito era identificar e analisar como as tarefas de casa estavam sendo propostas para estes alunos inseridos em classes regulares, considerando as percepções das professoras e cuidadoras familiares. A partir dos dados coletados, os autores identificaram a necessidade de buscar neste recurso pedagógico um possível suporte para efetivar a comunicação entre a família e a escola, de modo que as informações verificadas indicam que deve haver, por parte da escola, uma melhor orientação com relação às características do aluno com deficiência para que estas atividades sejam elaboradas e os conteúdos a serem trabalhados sejam selecionados. Conforme Gregorutti *et al.* (2017), as tarefas de casa podem ser pensadas com vistas a fazer com que a família possa acompanhar o cotidiano escolar das crianças, e não somente como uma atividade para discutir conteúdo.

Acerca das adequações para que haja a concretização do processo de ensino e aprendizado nas escolas inclusivas, Silva e Carvalho (2017) mencionam que devem ser feitos os ajustes necessários, os quais podem ser metodológicos, pedagógicos e relacionados à infraestrutura e comunicação. Assim, o professor pode utilizar de diversos recursos (como aqueles ligados às tecnologias assistivas) para a realização das tarefas para casa, de acordo com as especificidades dos alunos, com vistas a promover o diálogo com a família, fazendo com que este aluno tenha suporte não só no ambiente escolar, e com que a família fique informada sobre o que vem sendo desenvolvido em sala de aula, como ressaltado por Gregorutti *et al.* (2017).

Acerca das tecnologias assistivas, Schirmer *et al.* (2007) analisam que estas podem ser muito úteis no processo de inclusão do aluno com deficiência física nas escolas, de modo que contribuem para ampliação das suas habilidades funcionais, independência e integração.

Corroborando os autores supramencionados, Gomes *et al.* (2017) avaliam que, quando realizado em conjunto com outros profissionais e pessoas do convívio do aluno, o trabalho se torna mais significativo, haja vista que juntos estes sujeitos podem implementar estratégias para a constituição de um espaço democrático e inclusivo, bem como ampliar as condições para a permanência destes alunos na escola e construção do conhecimento (GOMES *et al.*, 2017).

Natividade, Justi e Vasconcelos (2019) avaliaram os ambientes escolares das escolas municipais de Ensino Fundamental do município de Parintins-AM. As análises foram feitas considerando as exigências relevantes de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR ABNT n. 9.050/2015), havendo apenas uma questão respaldada na NBR ABNT n. 9.077/2001, que regulamenta todas as saídas emergenciais em edifícios, evitando ao máximo o risco de acidentes e assegurando a evacuação de forma rápida e segura.

Ao todo, foram analisadas dez (10) escolas municipais, dividindo-se os quesitos a serem avaliados em quatorze (14) blocos, subdivididos em itens. Dentre os blocos analisados, estavam: A rua em frente à escola; Do portão da escola a porta de entrada; Rampas; Corrimãos e grades de proteção para rampas e escadas; Salas de aula; Salas de recursos multifuncional; Auditório; e Sanitários acessíveis.

De acordo com os autores, em sua maioria, os espaços escolares averiguados não estavam de acordo com a normatização, havendo muitos problemas de

acessibilidade, os quais podem gerar nos alunos com deficiência desmotivação para frequentarem a escola, levando, por conseguinte, à evasão escolar, haja vista as restrições a determinados locais que, ao invés de serem inclusivos, se mostraram exclusivos aos alunos sem deficiências. Sérios problemas em relação ao cumprimento das normas para as salas de aula, corrimãos, salas de aulas multifuncionais e sanitários, por exemplo, foram apresentados, sendo que em alguns espaços o aluno nem mesmo podia circular em decorrência das inadequações estruturais. Nesta perspectiva, os autores afirmam que há a necessidade urgente de reformas nestes espaços com vistas à promoção da acessibilidade e melhor inclusão dos alunos com deficiência (NATIVIDADE; JUSTI; VASCONCELOS, 2019).

À luz dos estudos de Silva e Carvalho (2017), para que ocorra a concretização da inclusão no ambiente escolar, é importante que haja o olhar mais abrangente para a sua estrutura externa e interna, observando-se a trajetória do aluno com deficiência ao chegar à escola, adentrar o prédio e permanecer no local durante o período de aula. O atendimento educacional, neste sentido, deve ocorrer em um ambiente prazeroso, que proporcione a mobilidade do aluno, bem como a sua participação e comunicação, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e melhorando a sua qualidade de vida.

No estudo de Rocha, Sousa e Albuquerque (2017) foram analisadas duas escolas, sendo que uma delas, apesar de algumas irregularidades, apresentava aspectos favoráveis que contribuíam para a inclusão dos alunos com deficiência, de acordo com a NBR 9050, enquanto a outra apresentava sérios problemas quanto à adaptação destes alunos às salas de aula, refeitório e, especialmente, banheiros, apesar de não serem apresentadas grandes questões quanto ao seu deslocamento em outros espaços no interior da instituição.

Ambas as escolas não contavam com mobiliário adequado nem cadeiras ideais para estes estudantes. Na primeira escola, aparentemente, havia maior preocupação com a acessibilidade, sendo identificados, entre estes aspectos, um lavatório e um boxe sanitário apropriado para PcD, corredores amplos, com as portas das salas adequadas à normatização. No entanto, as salas possuíam desníveis, bem como outros espaços como a diretoria, o laboratório de informática e a biblioteca, dificultando muito o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. Quanto à segunda escola, logo na entrada vê-se que não é acessível, apresentando, de acordo com os

autores, algumas falhas no decorrer de sua extensão, como um buraco, o qual, de certo, implica na locomoção de pessoas com deficiências físicas. Os banheiros também têm o acesso dificultado, havendo vazamentos que deixam o piso escorregadio. Embora haja boxe próprio para PcD, este não possui adaptações, como barras de apoio ou lavatório com altura adequada – fatores que deixam explícita a necessidade de repensar a estrutura e organização deste ambiente escolar tendo por finalidade torná-lo, de fato, acessível ROCHA; SOUSA; ALBUQUERQUE, 2017).

Em vista do que foi apresentado, pode-se afirmar que aos alunos com deficiência física deve ser assegurado não somente o acesso ao espaço escolar, mas também a adaptação desse espaço, tanto em relação à estrutura física quanto no que diz respeito ao atendimento educacional especializado. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento sobre a política de educação inclusiva, os seus determinantes e suas práticas para que, assim, seja constituído um processo de inclusão eficaz e que englobe a todos (SILVA; CARVALHO, 2017).

Em sua pesquisa, Tavares, Teixeira e Bispo (2017) contaram com a colaboração de professores que atuam em uma escola integral que atende crianças com deficiência física no ensino regular. Estes professores desempenham atividades diferenciadas, como aulas de judô, karatê, dança, música, canto e artesanato. Porém não possuem formação superior. Durante a pesquisa, algumas categorias de análise foram elencadas, como capacitação dos profissionais, estrutura física escolar, estratégias utilizadas nas aulas, entre outras.

Os professores sinalizaram várias dificuldades com relação ao atendimento aos alunos com deficiência física, como problemas com a interação, locomoção, limitação de movimentos, dificuldade de aprendizagem, bem como a falta de colaboração dos responsáveis pelos mesmos. Sobre a estrutura física do ambiente escolar, a maioria afirmou que esta se encontra em processo de adaptação; no entanto, os demais acreditam que a escola já se encontra adaptada, haja vista que algumas melhorias foram realizadas há pouco tempo.

No que diz respeito à capacitação profissional, percebe-se que há uma preocupação dos professores em relação ao assunto, além da necessidade, considerando a política de inclusão da escola e as particularidades apresentadas pelas crianças. Entretanto, conforme os professores relataram, investe-se pouco na capacitação dos mesmos, o que se constitui em obstáculo no momento de elaboração

de atividades adequadas. Outros fatores citados que dificultam o trabalho docente é a quantidade de alunos na sala de aula, a realização de atividades práticas, a falta de materiais e a falta de conhecimento sobre a deficiência (TAVARES; TEIXEIRA; BISPO, 2017).

Como analisa Silveira (2020, p. 8):

As escolas não têm recebido os recursos necessários para que sejam verdadeiramente ambientes inclusivos, bem como não há um sistema de capacitação e formação continuada para o professor saber lidar com novas tecnologias e trabalhar com a inclusão de alunos com deficiências (SILVEIRA, 2020, p. 8).

Neste ínterim, é possível afirmar que esta é uma realidade não só da escola pesquisada por Tavares, Teixeira e Bispo (2017), mas de outras escolas brasileiras, as quais carecem tanto de recursos adequados para que a inclusão seja efetivada como de qualificação para os docentes. Essa realidade se torna preocupante, a medida em que se observa o aumento do número de matrículas de alunos com deficiência física nas escolas regulares, porém, o atendimento a estes alunos ainda é deficitário, muito aquém ao esperado.

Para facilitar a aprendizagem e o processo de ensino, os professores relataram que costumam utilizar a ludicidade, como jogos e brincadeiras, além de pinturas e recortes, por exemplo. Contudo estas estratégias não são suficientes para contemplar as necessidades dos alunos com deficiência física, haja vista que os demais problemas apresentados constituem obstáculos que precisam ser superados para favorecer a efetivação da educação inclusiva no local (TAVARES; TEIXEIRA, BISPO, 2017).

Sobre o que pode ser feito para minimizar as dificuldades instituídas, os professores mencionam a capacitação profissional em conjunto com a consultoria colaborativa, que permitiria adequar as atividades à realidade do público-alvo, bem como a inserção da fisioterapia no ambiente escolar, o que contribuiria para que os exercícios voltados à coordenação motora, locomoção e equilíbrio fossem realizados, favorecendo o trabalho com estes alunos e ampliando as possibilidades de avanços para os mesmos (TAVARES; TEIXEIRA; BISPO, 2017).

Sobre a capacitação profissional, Silva e Ferreira (2018) reforçam a necessidade da formação adequada do professor, a qual vai desde os cursos de graduação, como Pedagogia, às especializações e pós-graduações voltadas para a

educação inclusiva e inclusão. Também, conforme os autores, pode ser criada uma rede entre os profissionais de ensino, formando-se grupos de discussão, promovendo-se encontros sistematizados com a presença de uma equipe interdisciplinar de apoio, com a finalidade de refletir acerca do cotidiano em sala de aula e sobre os entraves encontrados para a promoção da inclusão e formação psicossocial dos alunos com deficiência.

Em vista do que foi apresentado, é possível afirmar que houve avanços significativos acerca do processo de inclusão dos alunos com deficiência física nas escolas regulares. Entretanto, ainda há um caminho longo a ser percorrido, haja vista que a legislação e as ações implementadas até o momento ainda não conseguiram viabilizar transformações nas proporções condizentes às demandas do público-alvo (tanto nas escolas brasileiras como em outros espaços sociais).

Em meio ao processo de efetivação da inclusão nas escolas regulares, é importante salientar que a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020, tem sido considerada por alguns autores, como Silveira (2020), um retrocesso, uma vez que deixa a critério dos pais/responsáveis decidir se as crianças com deficiência serão matriculadas nas escolas ou classes comuns inclusivas ou especiais, o que, na concepção do autor, fortalece a exclusão ao invés da inclusão. Neste sentido, afirma-se que quando uma criança é inserida em um contexto participativo, que permite a interação, há maior possibilidade de potencialização de suas aprendizagens. Acredita-se que esta nova política não traz uma abertura para isto, comprometendo o direito à aprendizagem na perspectiva inclusiva.

Em paralelo à Política Nacional de Educação Especial de 2020, tem-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), a qual, de acordo com Froehlich e Meurer (2021), trata a Educação Inclusiva e a Educação Especial de forma frágil, com pouca problematização sobre as mesmas, mencionando-as apenas uma e duas vezes respectivamente, como se fossem apêndices da Educação Básica. Apesar de tratarem de determinadas competências a serem desenvolvidas e dos temas transversais, por exemplo, as autoras acreditam que há muitas lacunas a serem preenchidas, de modo que discutir propostas para as pessoas com deficiências e necessidades especiais se faz extremamente necessário na contemporaneidade.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os principais entraves para a formação psicossocial dos alunos com deficiência física nas escolas regulares, sinalizados nas pesquisas, foram: falta de acessibilidade no ambiente escolar (o que inclui desde a entrada da escola até o acesso a salas de aulas, banheiros e espaços específicos); falta de capacitação profissional para lidar com as deficiências e elaborar atividades condizentes com as especificidades dos alunos; mobiliário inadequado para as PcD física; falta de recursos apropriados para realização das aulas; ausência de conhecimento específico em relação às deficiências; falta de diálogo e parceria entre escola – família no que diz respeito ao acompanhamento das atividades escolares dos alunos com deficiência física; e problemas relacionados à locomoção, interação e dificuldade de aprendizagem. Além disso, analisando os contextos apresentados nesses estudos, é possível afirmar que a falta de fiscalização e apoio do poder público também intensificam os entraves para a inclusão, uma vez que sem o comprometimento deste setor não se pode realizar grandes mudanças estruturais nas escolas, especialmente em curto prazo.

Cabe reiterar que todas as unidades utilizadas como lócus das pesquisas analisadas são escolas da rede pública, importando frisar que estes resultados se aplicam, prioritariamente, a estas unidades de ensino. No entanto, isso não implica dizer que nas escolas da rede privada a inclusão ocorre efetivamente, respeitando-se os critérios determinados pela legislação, como condições de acessibilidade, capacitação profissional, e outros.

Nesta perspectiva, aponta-se a necessidade de as escolas, públicas e privadas, reverem a normatização e legislação direcionada à inclusão das pessoas com deficiência física, tendo por finalidade o enfrentamento aos problemas instituídos para que os princípios da educação inclusiva sejam, realmente, efetivados, assegurando-se a equidade em relação aos direitos destes sujeitos.

5 CONCLUSÃO

Por meio deste artigo, que teve como principal objetivo analisar os direitos e entraves para a formação psicossocial dos alunos com deficiência física nas escolas brasileiras da rede regular, pôde-se identificar uma série de questões que se

constituem obstáculos para a efetiva inclusão e desenvolvimento destes sujeitos no âmbito escolar.

A partir da revisão de literatura realizada, é possível afirmar que o referido objetivo foi alcançando, identificando-se, no decorrer da pesquisa, os direitos dos alunos com deficiência no que diz respeito ao acesso às escolas regulares do Brasil, bem como os principais entraves instituídos para que estes direitos sejam, de fato, efetivados.

Apesar da legislação vigente e dos documentos norteadores para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, na prática, as indicações não ocorrem como proposto, de modo que o processo de ensino e aprendizado e a integração destes alunos, na perspectiva da educação inclusiva, ainda estão aquém ao esperado.

Dentre os entraves apresentados, a falta de acessibilidade e de capacitação profissional foram os que mais chamaram atenção tendo em vista a quantidade de vezes que foram apontados entre as pesquisas. A adaptação das unidades escolares para receber os alunos com deficiência física é uma garantia mínima que requer atenção, visto que isso implica na permanência deste aluno na escola e na melhoria de sua qualidade de vida – muitas escolas não têm sequer banheiro adaptado, rampas e mobiliário adequado aos alunos com deficiência física, o que, além de causar constrangimentos aos mesmos, compromete a sua interação e participação, visto que cercea a sua liberdade de circular por determinados espaços escolares.

No entanto, além das questões supracitadas, outros obstáculos também se instituem neste processo, devendo ser superados, como a falta de recursos específicos para realização das aulas, o estreitamento da relação entre família e escola, a efetivação da integração destes alunos e o desenvolvimento de atividades correspondentes às suas necessidades.

Embora os estudos analisados tenham sido direcionados às escolas públicas, reitera-se a importância de quaisquer escolas, da rede pública ou privada, pensar as adequações necessárias ao acolhimento, integração e participação do aluno com deficiência física no ambiente escolar, de modo a garantir a equidade no atendimento.

Nesta perspectiva, longe de esgotar as possibilidades de debates sobre o tema, espera-se que este estudo contribua para que novas reflexões sejam fomentadas com vistas a promover o enfrentamento aos entraves diante da inclusão dos alunos com deficiência física nas escolas regulares. Ainda, que esta pesquisa inspire o

desenvolvimento de outros trabalhos em torno do assunto, propiciando o aprofundamento nos debates sobre educação inclusiva e integração de alunos com deficiência física na rede de ensino regular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, 443p. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/historia_movimento_pcd_brasil.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996.

BRASIL. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 13.146 de 03 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CASTRO, G. G. de; ABRAHÃO, C. A. F.; XAVIER, Â.; NASCIMENTO, L. C. G. do; FIGUEIREDO, G. L. A. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 93-105, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906009/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

DICHER, M.; TREVISAM, E. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. Direitos fundamentais e Democracia III: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa: PB, 2014, 23p. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>. Acesso em: 19 abr. 2022.

FROEHLICH, D. C.; MEURER, A. C. Base Nacional Comum Curricular: Educação Especial em foco. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 7, marc. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/base-nacional-comum-curricular-educacao-especial-em-foco>. Acesso em: 19 abr. 2022.

GIL, M. **Linha do tempo: leis, diretrizes e programas sobre Educação Especial**, 2019. Disponível em: <https://www.camarainclusao.com.br/artigos/linha-do-tempo-leis-diretrizes-e-programas-sobre-educacao-especial/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GOMES, C.; CARDOSO, C. dos R.; LOZANO, D.; BAZON, F. V. M.; LUCCA, J. G. de. Colaboração pedagógica na ação inclusiva nas escolas regulares. **Rev. psicopedag.**, v. 34, n. 104, p. 158-168, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n104/06.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GREGORUTTI, C. C.; ZAFANI, M. D.; OMOTE, S.; BALEOTTI, L. R. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. Relato de Pesquisa. **Rev. Brasileira de educ. espec.**, v. 23, n. 2, apr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/4GrGfR36RHp69LYkgVLp6vn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2022.

KASSAR, M. C. M. Escola como espaço para a diversidade e desenvolvimento humano. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p.1223-1240, out.-dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01223.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

LASTA, L. L.; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe., p. 140-149, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/15.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2012.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MARCHESI, Á. Da linguagem da deficiência às escolas inclusiva. *In: Desenvolvimento psicológico e educação*. COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. (orgs.). Porto Alegre, Artmed, 2004.

MAZZOTTA, M. J. da S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Revista Saúde Soc.** São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, may-ago, p. 93-109, 2010. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeypp/article/viewFile/9842/9041>. Acesso em: 22 abr. 2022.

NATIVIDADE, A. de S.; JUSTI, J.; VASCONCELOS, C. F. C. Educação especial na perspectiva inclusiva: um estudo sobre as condições de acessibilidade proporcionada aos alunos com deficiência física. **Revista Tempo e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 12, n. 28, p. 279-294, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8136>. Acesso em: 21 abr. 2022.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. *In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PEREIRA A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. UFSM, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 abr. 2022.

ROCHA, G. dos S.; SOUSA, R. J. da S.; ALBUQUERQUE, F. W. P. de. Avaliação sobre acessibilidade das instalações de escolas na cidade de Caxias/MA. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, SP, Brasil, v. 4, n. 6, 2017. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1027>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do Ideau**, v. 5, n. 12, jul/dez, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4482065-Historico-do-surgimento-da-educacao-especial.html>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SCHIMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência física**. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007, 129p. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aeef_df.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017.

SILVA, C. S.; FERREIRA, V. S. Inclusão: um caminho possível? **Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 131-142, 2018. Disponível em: <http://fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/697>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA NETO, A. de O.; ÁVILA, E. G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K.; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SILVEIRA, J. L. da. **Abordagens Sobre Educação Inclusiva**. Formiga (MG): Editora MultiAtual, v. 1, 2020, 26p.

SOUSA, A. C. D. L. L.; SOUSA, I. S. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica** (UNIFAP), v. 6, n. 3, p. 41-50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2310>. Acesso em: 23 abr. 2022.

TAVARES, M. T. S.; TEIXEIRA, R. F.; Emanuella Pinheiro de Farias BISPO, E. P. de F. Inclusão de crianças com deficiência física na escola regular: desafios, estratégias e a importância da consultoria colaborativa. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, p. 105-118, 2017. Edição Especial. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7333>. Acesso em: 24 abr. 2022.

TAVARES, W. R. (2018). **Novo Marco Regulatório da Educação Especial não passa de um Retrocesso**. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/novo-marco-regulatorio-da-educacao-especial-nao-passa-de-um-retrocesso>. Acesso em: 25 abr. 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.